

O PREÇO DE UM CONSELHO NO PLANALTO

As investigações sobre o Banco Master avançam e deixam a versão oficial do Palácio do Planalto insustentável. As informações colhidas pela Polícia Federal e divulgadas pela imprensa mostram que a conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro passou longe de um aperto de mãos protocolar. O centro do problema está no dia 4 de dezembro de 2024. Uma reunião fora da agenda oficial reuniu, no Planalto, Vorcaro e uma comitiva de peso: os ministros Rui Costa e Alexandre Silveira, além do ex-ministro Guido Mantega, funcionário do Master, que articulou o encontro. Para fechar o circuito que recebeu o banqueiro, Gabriel Galípolo, então indicado à presidência do Banco Central, foi chamado às pressas. A satisfação de Vorcaro com o trânsito livre no poder ficou registrada no seu próprio celular. Em mensagens interceptadas pela PF para a namorada, Martha Graeff, ele comemorou o saldo daquela tarde: “Foi ótimo. Muito forte. Ele chamou o presidente do Banco Central que vai entrar. 3 ministros”.

O teor do encontro sugere o tamanho do compromisso político. Sob o pretexto de combater a concentração bancária e em meio a ataques públicos contra Roberto Campos Neto, Lula teria aconselhado Vorcaro a não vender o Banco Master ao BTG Pactual pelo valor simbólico de um real. O recado foi lido pelo banqueiro como um sinal verde para continuar operando. Daí que a narrativa oficial bate de frente com a realidade.

Enquanto o governo tenta emplacar a tese de uma conversa estritamente técnica, o conselho para segurar o banco desenha um apoio político claro. Meses depois, a instituição que recebeu o aval no Planalto quebrou, sofrendo intervenção do Banco Central após a descoberta de fraudes bilionárias e um rombo que sobrou para o Fundo Garantidor de Créditos.

Diante do escândalo, o PT recorre ao manual clássico e tenta culpar a gestão anterior ou apontar falhas de fiscalização. Mas a estratégia de distanciamento não se sustenta diante do histórico.

O partido tenta se desvencilhar do caso Master, mas carrega o peso das operações do Credcesta na Bahia — a engrenagem de crédito consignado que turbinou o crescimento do banco e que cresceu justamente sob os governos estaduais do PT, incluindo o de Rui Costa. O que era um problema regional ganhou escala nacional e, agora, as revelações sobre o encontro com Lula tiram qualquer argumento de que o governo e o PT assistiam a tudo de longe.

O cenário torna a abertura de uma CPI inevitável, movimento que ironicamente começou com um requerimento do senador petista Rogério Carvalho — uma tentativa óbvia de antecipar o estrago antes que a crise chegue ao gabinete presidencial. Mas, para ter alguma utilidade, a comissão terá de romper os acordos de proteção que já começam a ser desenhados nos bastidores. O alcance real das conexões entre o Planalto, o modelo de negócios baiano e o comando do Master precisa ser passado a limpo. No fim do dia, como a conta das fraudes é repassada ao cidadão via FGC, as mensagens no celular de Vorcaro transformam a transparência em uma obrigação que o governo não tem como evitar. O país espera que essa CPI aconteça e não seja uma repetição da comissão que investigou — ou tentou investigar — os rombos do INSS. O que o Brasil exige é uma investigação real, sem blindagem de tropa de choque e sem comemoração festiva ao final por um relatório que não deu em nada.

- **Encontro fora da agenda:** A reunião de Daniel Vorcaro no Planalto, com Lula, ministros, Guido Mantega e Gabriel Galípolo, desmonta a versão de uma conversa protocolar.
- **Aval político ao Master:** O conselho para não vender o banco ao BTG por um real cria a percepção de apoio político direto antes da quebra e da intervenção do Banco Central.
- **CPI sem blindagem:** As conexões entre Planalto, PT, Credcesta na Bahia e Banco Master exigem uma investigação real, sem relatório decorativo nem tropa de choque governista.

